

**CARGO:**

**ASSISTENTE SOCIAL – TNS GRUPO B**

**Leia atentamente as INSTRUÇÕES:**

1. Confira seus dados no cartão-resposta: nome, número de inscrição e o cargo para o qual se inscreveu.
2. Assine seu cartão-resposta.
3. Aguarde a autorização do Fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem do fiscal, confira o caderno de provas com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões ou falha de impressão será aceita depois de iniciada a prova.
4. O cartão-resposta não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.
5. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica azul (tinta azul ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas, ou rasuradas, com corretivo, ou marcadas diferentemente do modelo estabelecido no cartão-resposta poderão ser anuladas.
6. Eventuais erros no caderno de provas ou no cartão-resposta referentes a nome, documento de identidade ou data de nascimento deverão ser comunicados através do endereço de e-mail, publicado no edital.
7. Sua prova tem **40** questões, com **4** alternativas.
8. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, **o fiscal** não poderá fazer nenhuma interferência.
9. A prova será realizada com duração máxima de **3 (três) horas**, incluído o tempo para a realização da Prova Objetiva e o preenchimento do cartão-resposta.
10. O candidato poderá retirar-se do local de realização das provas somente **1 (uma) hora** após o seu início.
11. O candidato poderá retirar-se da sala levando consigo o caderno da prova objetiva somente **1 (uma) hora e 30 (trinta)** após o seu início.
12. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o cartão-resposta preenchido e assinado.
13. Os **3 (três)** últimos candidatos que realizarem a prova deverão permanecer na sala para acompanhar o fechamento do envelope contendo os cartões-resposta dos candidatos presentes e ausentes e assinar a ata de sala atestando que o envelope foi devidamente lacrado.
14. Durante todo o tempo em que permanecer no local onde está ocorrendo o concurso, o candidato deverá, manter o celular desligar e sem bateria, só sendo permitido ligar depois de ultrapassar o portão de saída do prédio.
15. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, bem como nas dependências.

**BOA PROVA!**

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder as próximas quatro (4) questões.

**Ser ou não ser voluntário em Copa e Olimpíada no Brasil?**

*Giancarlo Lepiani*

**O trabalho é cansativo e bem menos divertido do que muitos imaginam - mas ter a chance de participar dos megaeventos pode ser uma experiência inesquecível**

O Brasil jamais recebeu uma Olimpíada e já conta mais de seis décadas desde a última vez que realizou uma Copa do Mundo. Ainda assim, é bastante difícil achar sinais inequívocos de empolgação popular pela realização desses eventos em 2014 e 2016. Em meio às incertezas sobre o grau de preparação do país e ao mistério sobre o volume de dinheiro público que será despejado na organização, os brasileiros ainda não entraram no clima de festa que costuma cercar os Jogos Olímpicos e o Mundial. Nas últimas duas semanas, porém, surgiu uma primeira manifestação positiva da população diante da contagem regressiva para esses dois grandes acontecimentos. De acordo com a Fifa e o Comitê Organizador Local (COL) da Copa de 2014, nenhum outro país-sede recebeu tantas inscrições de pessoas interessadas em participar do programa de voluntariado do Mundial - foram mais de 100.000 em apenas 15 dias, superando com folgas a meta inicialmente estabelecida (confira no quadro abaixo). Tamanha procura por uma vaga na Copa não chegou a surpreender: a chance inédita de fazer parte de um megaevento esportivo dentro de seu próprio país é mesmo uma ideia muito atraente, principalmente por quem é fanático por futebol. Ser voluntário num Mundial ou numa Olimpíada, entretanto, pode ter um impacto e uma importância ainda mais fortes do que o simples privilégio de acompanhar a festa do lado de dentro. Apesar das agruras que um voluntário pode ter de encarar, essa é uma experiência valiosa - e pode contribuir até para a trajetória profissional do candidato selecionado para o programa.

(...)

Fonte: <http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/ser-ou-nao-ser-voluntario-na-copa-do-mundo-e-na-olimpiada>. (fragmento). Acesso em 08/09/2012

**01. Diante da leitura cuidadosa do fragmento do texto “Ser ou não ser voluntário em Copa e Olimpíada no Brasil”, entende-se que**

- a) é equivocado pensar que não é muito difícil encontrar sinais de empolgação popular pela realização da Olimpíada e da Copa do Mundo.
- b) o crescimento profissional será mínimo para o voluntário que participar de um dos megaeventos, Olimpíada ou Copa do Mundo.
- c) embora o Brasil ainda não tenha sediado uma Olimpíada e tenha realizado uma Copa do Mundo há mais de 60 anos, a população já está empolgada diante da realização desses megaeventos.
- d) a pergunta apresentada como título do texto é exaustivamente discutida no fragmento.

**02. Leia, analise sintaticamente o período a seguir e assinale a alternativa cuja afirmativa está correta.**

**“Em meio às incertezas sobre o grau de preparação do país e ao mistério sobre o volume de dinheiro público que será despejado na organização, os brasileiros ainda não entraram no clima de festa que costuma cercar os Jogos Olímpicos e o Mundial.”**

- a) A oração “que costuma cercar os Jogos Olímpicos e o Mundial.” é uma subordinada explicativa.
- b) A oração principal desse período é “os brasileiros ainda não entraram no clima de festa”.
- c) A oração “Em meio às incertezas sobre o grau de preparação do país e ao mistério sobre o volume de dinheiro público” é uma subordinada adverbial de tempo.
- d) A oração “Em meio às incertezas sobre o grau de preparação do país e ao mistério sobre o volume de dinheiro público” é uma subordinada substantiva objetiva indireta.

**03. “Apesar das agruras que um voluntário pode ter de encarar, essa é uma experiência valiosa - e pode contribuir até para a trajetória profissional do candidato selecionado para o programa.”**

**O termo destacado está sendo empregado no texto com o sentido de:**

- a) surpresas.
- b) complexidades.
- c) incumbências.
- d) dificuldades.

**04. Quanto à construção textual de “Ser ou não ser voluntário em Copa e Olimpíada no Brasil?”, pode-se afirmar que**

- a) foi pensada tendo a Olimpíada de 2016 e a Copa do Mundo de 2014 como tema central.
- b) predomina a linguagem informal em oposição à norma culta.
- c) foram amplamente utilizados mecanismos de coesão que contribuem para organizar as ideias e dar progressão ao texto.

d) é evidente uma crítica incisiva do autor em relação ao despreparo do país e ao uso do dinheiro público para realizar os dois grandes eventos.

**05. Até o final deste ano coexistirão as regras ortográficas atuais com o Novo Acordo Ortográfico em vigor desde janeiro de 2009. No que se refere ao Novo Acordo, há alguns casos em que havendo oscilação na pronúncia das sequências consonânticas é admitida a dupla grafia de uma palavra. Isso não acontece apenas em:**

- a) aspecto - aspeto.
- b) corrupto - corruto.
- c) convicto - convito.
- d) sector - setor.

### **Uma estranha no ninho**

**Patrícia Melo**

**"Era possível transportar o ninho para outro local, mas isso certamente causaria um trauma para a pata, com possíveis consequências na saúde dos patinhos"**

A Suíça é mesmo um país surpreendente. Acabo de descobrir que "as aves que aqui gorjeiam" podem até não gorjear como no Brasil, mas aqui elas são realmente ouvidas.

Eis a notícia que leio no jornal: as obras de um empreendimento imobiliário de alto luxo, em Ascona, composto por cinco prédios residenciais e orçado em cerca de 35 milhões de francos foram suspensas por ordem de Michele Barra, um dos proprietários da empresa Laudi, Barra & Briochi, responsável pelo projeto. Motivo: seus operários encontraram um ninho com uma pata chocando seus ovos na zona designada para escavação. Ao ser informado sobre a ave, Barra pediu para que as máquinas fossem desligadas, de modo a evitar o estresse do animal. Desde então, a pata realmente não tem motivo para se aborrecer: de dia ela enterra seus ovos e se esbalda no lago (afinal, o verão aqui não fica muito atrás do verão carioca) e só volta para o ninho quando seu lado de pata choca fala mais alto.

Barra afirma que era possível transportar o ninho para outro local, mas isso certamente causaria um trauma para a pata, com possíveis consequências na saúde dos patinhos. Pelos cálculos do empresário, a interrupção da obra será de no máximo duas semanas, tempo suficiente para que os patinhos nasçam, e a pata volte para o lago com seus rebentos a tiracolo.

Quem pensa que casos como este são exceções engana-se totalmente. Já no século passado, os patos suíços eram muito poderosos. Conta-se que naqueles tempos, devido às enchentes e inundações que assolavam Lugano, os patos invadiam a cidade sem a menor cerimônia, e passeavam nas ruas juntamente com os turistas. Esses eram os patos educados. Mas havia também os patos trombadinhas que entravam nas lojas e bancos para afanar guloseimas e assustar investidores.

A solução foi (além de construir um canal para dar vazão aos bichos) contratar um adestrador de animais (um mago patológico) para ensinar a essas aves folgadas dois valores que são estruturais nessa sociedade: ordem e respeito.

Hoje, os patos são bem mais civilizados do que muitos turistas que andam por aqui, emporcalhando a cidade.

É por isso que não me canso de dizer que a Suíça é realmente um país peculiar. Em que outra parte do planeta os patos seriam tratados com tanta gentileza?

Pensando bem, estou sendo injusta com o Brasil. Ao menos nos quesitos construtoras e patos o Brasil não fica muito atrás da Suíça. Pelo que tenho visto, a Delta vem tratando muito bem os seus patinhos. E ela nem teve que interromper o seu trabalho!

[http://www.istoe.com.br/colunas-e-blogs/coluna/235430\\_UMA+ESTRANHA+NO+NINHO](http://www.istoe.com.br/colunas-e-blogs/coluna/235430_UMA+ESTRANHA+NO+NINHO)

**06. Da leitura do texto "Uma estranha no ninho", não se deve concluir:**

- a) Em nossos dias, os patos causam bem menos problemas na cidade, visto que se obteve êxito com duas soluções que foram aplicadas para resolver o caso.
- b) Por ocasião da escrita do texto, a autora encontrava-se no Brasil.
- c) Em termos de equiparação, o calor do verão, em Ascona, chega bem próximo ao do verão carioca.
- d) Na construção textual, a autora utilizou tanto a primeira como a terceira pessoa do discurso.

**07. O texto é rico em detalhes, apresentando dois níveis de leitura, um aparente e o outro mais profundo cuja interpretação envolve conhecimento de mundo – especialmente notícias veiculadas pela mídia. Percebe-se que é necessária essa leitura em um nível mais profundo quando o leitor se depara com seguinte trecho:**

a) "as obras de um empreendimento imobiliário de alto luxo, em Ascona, composto por cinco prédios residenciais e orçado em cerca de 35 milhões de francos foram suspensas por ordem de Michele Barra, um dos proprietários da empresa Laudi, Barra & Briochi, responsável pelo projeto."

b) "A solução foi (além de construir um canal para dar vazão aos bichos) contratar um adestrador de animais (um mago patológico) para ensinar a essas aves folgadas dois valores que são estruturais nessa sociedade: ordem e respeito.

- c) “Pensando bem, estou sendo injusta com o Brasil. Ao menos nos quesitos construtoras e patos o Brasil não fica muito atrás da Suíça. Pelo que tenho visto, a Delta vem tratando muito bem os seus patinhos. E ela nem teve que interromper o seu trabalho.”
- d) “Barra afirma que era possível transportar o ninho para outro local, mas isso certamente causaria um trauma para a pata, com possíveis consequências na saúde dos patinhos.”

**08. No que diz respeito à pontuação empregada no texto, analise as afirmativas sobre os períodos a seguir, apontando V para Verdadeira e F para falsa. Depois, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.**

( ) “os patos invadiam a cidade sem a menor cerimônia, e passeavam nas ruas juntamente com os turistas.”

**Vírgula:** deveria ser retirada, pois as duas orações possuem o mesmo sujeito; poderia também ser mantida, mas devendo-se retirar a conjunção “e”.

( ) “A solução foi (além de construir um canal para dar vazão aos bichos) contratar um adestrador de animais *(um mago patológico)*.”

**Parênteses:** podem ser substituídos por vírgulas no trecho sublinhado; podem ser retirados da frase em itálico, mas esta deverá então ser antecedida por um travessão.

( ) “Desde então, a pata realmente não tem motivo para se aborrecer: de dia ela enterra seus ovos e se esbalda no lago (afinal, o verão aqui não fica muito atrás do verão carioca) e só volta para o ninho quando seu lado de pata choca fala mais alto.”

**Dois pontos:** deveriam ser retirados e substituídos por ponto final, pois é a única pontuação aceitável nesse caso.

- a) F; V; F.  
b) V; V; F.  
c) F; V; V.  
d) V; F; V.

**09. Analise as afirmações, a seguir, relacionadas a trechos do texto e assinale a alternativa correta.**

**I – Há intertextualidade em “Acabo de descobrir que ‘as aves que aqui gorjeiam’ podem até não gorjejar como no Brasil, mas aqui elas são realmente ouvidas.”**

**II – O período “Hoje, os patos são bem mais civilizados do que muitos turistas que andam por aqui, emporcalhando a cidade.” pode ser assim reescrito, sem nenhuma alteração do sentido: “Os patos são atualmente civilizados, mais até que os próprios turistas que caminham por aqui sujando a cidade.”**

**III – Em “Eis a notícia que leio no jornal:”, o vocábulo “eis” pode ser classificado como verbo, embora aqui signifique “aqui está”.**

- a) Somente a afirmativa I está correta.  
b) Somente a afirmativa III está incorreta.  
c) Somente as afirmativas I e III estão incorretas.  
d) Todas as afirmativas estão corretas.

**10. A redação oficial é o meio utilizado pelos órgãos públicos para redigir seus atos e comunicações oficiais. Sobre isso, assinale a alternativa incorreta:**

- a) No tratamento impessoal dado aos assuntos tratados, o destinatário poderá ser um cidadão ou outro órgão público, ambos vistos de forma homogênea e também impessoal.  
b) Ao redigir o texto, a clareza deve ser a qualidade básica, mas para atingi-la deve-se dar atenção às outras características relacionadas à redação oficial.  
c) Nas comunicações oficiais, exige-se a formalidade, isto é, o uso do pronome de tratamento correto, de acordo com o nível da autoridade, além da polidez e da civilidade ao focar o assunto a ser tratado.  
d) Deve-se utilizar a norma culta da língua nas comunicações oficiais, o que implica emprego de linguagem rebuscada.

## **CONHECIMENTOS GERAIS**

**11. O Supremo Tribunal Federal iniciou em meados deste ano o julgamento dos acusados do “esquema mensalão” (Ação Penal 470), fato este acompanhado de perto pela imprensa de todo o país. Analise as alternativas abaixo e assinale aquela que indica o nome do Ministro Relator desta ação:**

- a) Min. Ricardo Lewandowski.  
b) Min. Gilmar Mendes.  
c) Min. Marco Aurélio.  
d) Min. Joaquim Barbosa.

**12. No dia 12 de agosto deste ano encerraram-se as Olimpíadas de Londres/2012. No quadro de medalhas, a participação do Brasil nessa olimpíada teve como saldo de medalhas de ouro:**

- a) duas medalhas.  
b) três medalhas.

- c) quatro medalhas.
- d) cinco medalhas.

**13. O Município de Umbuzeiro/PB foi criado pela Lei n° 19, datada de:**

- a) 02 de maio de 1890.
- b) 12 de maio de 1890.
- c) 20 de maio de 1890.
- d) 22 de maio de 1890.

**14. Com base no estatuído pela Lei Orgânica Municipal, analise o enunciado abaixo e assinale a alternativa que apresente, na ordem respectiva, o correto preenchimento das lacunas:**

**“A criação, a organização administrativa e a supressão de distritos serão objetos de lei \_\_\_\_\_ respeitada a legislação \_\_\_\_\_ e dependerão de consulta prévia mediante \_\_\_\_\_, às populações diretamente afetadas.”**

- a) federal – estadual – plebiscito.
- b) estadual – municipal – referendo.
- c) municipal – estadual – plebiscito.
- d) federal – municipal – referendo.

**15. Observando o que dispõe a Lei Orgânica Municipal sobre o Plano Diretor do Município, analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta:**

**I – O Plano Diretor é o instrumento fundamental da política de desenvolvimento e expansão urbana.**

**II – Será elaborado com a cooperação da comunidade, através de suas instituições associadas.**

**III – O Plano Diretor incluirá metas para a zona rural do Município.**

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens I e III estão corretos.
- d) Apenas os itens II e III estão corretos.

**16. Analise as alternativas abaixo a assinale aquela que não apresenta uma das autonomias conferidas ao Município de Umbuzeiro/PB por sua Lei Orgânica Municipal:**

- a) Autonomia político-administrativa.
- b) Autonomia externa (soberania).
- c) Autonomia financeira.
- d) Autonomia legislativa.

**17. A Lei Orgânica Municipal estabelece em seu texto as competências privadas e comuns do município. São consideradas competências comuns, ou seja, competência do Município de Umbuzeiro, em parceria com a União e o Estado da Paraíba, exceto:**

- a) Cassar licença que tenha concedido a estabelecimento que, em sua atividade prática, traga prejuízo à saúde, à higiene, ao sossego ou à segurança pública.
- b) Cuidar da assistência à saúde pública, da proteção e promoção das pessoas deficientes físicas e mentais.
- c) Estabelecer programas de construção de moradias de tipo popular, através do sistema de “mutirão”, visando à melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.
- d) Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

**18. A Lei Municipal n° 26/98 institui o regime jurídico único:**

- a) aos servidores da Administração direta, das Autarquias, das Fundações e Empresas Públicas.
- b) aos servidores da Administração direta, das Autarquias, das Empresas Públicas, e das Sociedades de Economia Mista.
- c) aos servidores da Administração direta, das Autarquias, das Fundações e das Sociedades de Economia Mista.
- d) aos servidores da Administração direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais.

**19. Considerando expressamente os termos da Lei Municipal n° 26/98 acerca de cargos públicos, analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta:**

**I – Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidade prevista na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.**

**II – A investidura em cargo público depende necessariamente de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.**

**III – Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por Lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.**

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Os itens I e II estão corretos.
- c) Os itens II e III estão corretos.

d) Os itens I e III estão corretos.

**20. Segundo a Lei Municipal nº 26/98, o regime jurídico único de que trata a lei tem natureza jurídica de**

- a) direito público e privado.
- b) direito privado.
- c) direito público.
- d) direito civil.

### **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**21. A Política Nacional de Assistência Social- PNAS, aprovada em 2004, rege-se pelos seguintes princípios democráticos, em consonância com o disposto na Lei Orgânica de Assistência Social- LOAS, capítulo II, seção I, artigo 4º:**

**I – Supremacia do atendimento às exigências de rentabilidade econômica sobre às necessidades sociais;**

**II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;**

**III – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas sociais e no controle das ações em todos os níveis;**

**IV – Descentralização político-administrativa, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo;**

**V – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo equivalência às populações urbanas e rurais.**

**Dos itens destacados, quais se caracterizam como sendo princípios da PNAS?**

- a) Apenas I, II e IV.
- b) Apenas V.
- c) Apenas II e a V.
- d) Apenas II, III e V.

**22. Segundo a Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, consideram-se, como entidades ou organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam**

- a) atendimento e assessoramento.
- b) atendimento, assessoramento e garantia de direitos.
- c) somente atendimento.
- d) atendimento e capacitação aos trabalhadores do SUAS.

**23. O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial e, ainda, os eixos estruturantes e de subsistemas, dentre os quais, destacam-se:**

- a) Matricialidade Sociofamiliar, controle social e orçamento.
- b) Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil.
- c) Financiamento, a política de recursos humanos e a centralidade político-administrativa.
- d) A informação, o Monitoramento, a Avaliação e os critérios de partilha.

**24. Os serviços socioassistenciais no SUAS são organizados segundo as seguintes referências:**

- a) Vigilância Social e Proteção Social.
- b) Defesa Social e Institucional e Vigilância Social.
- c) Vigilância Social e Territorialização.
- d) Vigilância Social, Proteção Social e Defesa Social e Institucional.

**25. A Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS – 2005, disciplina a gestão da Política de Assistência Social no território brasileiro, exercida de modo sistêmico pelos entes federativos, em consonância com a Constituição Federal da República de 1988, a LOAS e as legislações complementares a ela aplicáveis. Seu conteúdo estabelece:**

- a) Caráter do SUAS, regras de transição e a vigilância socioassistencial.
- b) Funções da política pública de Assistência Social para extensão da proteção social brasileira.
- c) Gestão do SUAS, níveis de gestão do SUAS e a política de recursos humanos.
- d) Financiamento, regras de transição e caráter da PNAS.

**26. No Art. 6º-A da Lei nº 12.435, de 2011, é apresentada a organização dos tipos de proteção social da assistência social. Sobre essa nova forma de organização, analise as afirmativas e assinale a alternativa correta.**

**I – Proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;**

**II – Proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.**

**III – As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma desarticulada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada ação.**

**IV – A vinculação ao SUAS é o reconhecimento pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome de que a entidade de assistência social integra a rede socioassistencial.**

**V – As entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS celebrarão convênios, contratos, acordos ou ajustes com o poder público para a execução, garantido financiamento parcial, pelo Estado, de serviços, programas, projetos e ações de assistência social, nos limites da capacidade instalada, aos beneficiários abrangidos por esta Lei, observando-se as disponibilidades orçamentárias.**

a) Somente as afirmativas I, II e V.

b) Somente as afirmativas I, II e III.

c) Somente as afirmativas I, II e IV.

d) Somente as afirmativas I e II.

**27. As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social de que trata o art. 3º da Lei nº 12.435/2011. Diante do exposto, é incorreto afirmar que**

a) o CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

b) o CREAS é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

c) as instalações dos CRAS e dos CREAS devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, com espaços exclusivos para trabalhos em grupo e ambiente específico para recepção, assegurada a acessibilidade às pessoas idosas e com deficiência.

d) o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida, tendo como unidade o CRAS.

**28. Sobre os serviços socioassistenciais e os equipamentos de proteção social, pode-se afirmar que**

a) o CRAS é o único equipamento de proteção social básica.

b) o art. 24-A, da Lei nº 12.435/2011, institui o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que integra a proteção social básica e consiste na oferta de ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada, nos CRAS, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária.

c) o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos expressam-se através de 3 serviços, devendo ser complementares ao PAIF, sendo oferecidos por ciclos de vida: até 6 anos, de 6 a 15 anos, de 15 a 17 anos.

d) do ponto de vista da oferta e de sua organização, todos os Serviços de Convivência e de Fortalecimento de Vínculos são ofertados, obrigatoriamente, em unidades públicas, no território de abrangência do CRAS.

**29. Sobre o Conselho Nacional de Assistência Social, é incorreto afirmar:**

a) O artigo 17, da Lei 12.435/2001, institui o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, cujos membros, nomeados pelo Presidente da República, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

b) É composto por 20 (vinte) membros e respectivos suplentes, cujos nomes são indicados ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social.

c) É presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de 1 (um) ano, permitida uma única recondução por igual período.

d) Contará com uma Secretaria Executiva, a qual terá sua estrutura disciplinada em ato do Poder Executivo.

**30. O Benefício da Prestação Continuada constitui-se como um benefício assistencial, garantido na Lei 12.435, Seção I, artigo 20. Em relação a esse benefício, considera-se que**

- a) o benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
- b) para os efeitos do disposto no *caput*, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, não necessitando viver sob o mesmo teto.
- c) para efeito de concessão deste benefício, considera-se pessoa com deficiência: aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.
- d) têm impedimentos de longo prazo: aqueles que incapacitam a pessoa com deficiência para a vida independente e para o trabalho pelo prazo mínimo de 3 (três) anos.

**31. Segundo o artigo 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Assinale a alternativa que contém uma linha de ação dessa política de atendimento:**

- a) Políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem.
- b) Municipalização do atendimento, políticas sociais básicas, proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.
- c) Criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa.
- d) Manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente; políticas sociais básicas.

**32. Após 19 anos, o Estatuto da Criança e do Adolescente sofreu a sua primeira grande reforma, por intermédio da Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009, que promoveu alterações em 54 (cinquenta e quatro) artigos da Lei nº 8.069/90 e estabeleceu inúmeras outras inovações legislativas. A nova lei dispõe não apenas sobre a adoção, mas procura, como evidenciado já em seu art. 1º, aperfeiçoar a sistemática prevista na Lei nº 8.069/90 para garantia do direito à convivência familiar, em suas mais variadas formas, a todas as crianças e adolescentes, sem perder de vista as normas e princípios por esta consagrados. Considerando as alterações dos artigos da Lei nº 8.069/90 estabelecidas pela Lei 12.010, marque V para as sentenças verdadeiras, F para as falsas e assinale a alternativa que apresenta a ordem correta, de cima para baixo.**

- ( ) Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independente de estado civil.
- ( ) Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada.
- ( ) Os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, ressalvada a comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa, procurando-se, em qualquer caso, evitar o rompimento definitivo dos vínculos fraternais.
- ( ) Em se tratando de criança ou adolescente indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo, é obrigatório que sejam consideradas e respeitadas sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, bem como suas instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos por esta Lei e pela Constituição Federal.
- ( ) O estágio de convivência poderá ser dispensado se o adotando já estiver sob a tutela ou guarda legal do adotante durante tempo suficiente para que seja possível avaliar a conveniência da constituição do vínculo.
- ( ) Em caso de adoção por pessoa ou casal residente ou domiciliado fora do País, o estágio de convivência, cumprido no território nacional, será de, no mínimo, 30 (trinta) dias.

- a) V- V- V- V- V- V.
- b) V- V- V- V- F- V.
- c) V- V- V- V- V- F.
- d) F- V- V- V- V- V.

**33. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90, nenhum adolescente a que se atribua prática de conduta estabelecida como crime ou contravenção pode deixar de ser julgado pela Justiça da Infância e Juventude. Caso comprovada a conduta ilegal, será o adolescente responsabilizado pelos seus atos e, como resposta social, receberá a imposição das chamadas medidas socioeducativas (art. 112, do ECA), que vão desde a advertência, passando pela obrigação de reparar o dano, a prestação de serviços à comunidade, a liberdade assistida, a inserção em regime de semiliberdade, até a internação. Considerando as medidas socioeducativas, correlacione a 2ª coluna de acordo com a 1ª e assinale a alternativa que apresenta a ordem correta, de cima para baixo.**

- (1) Advertência
- (2) Obrigação de reparar o dano
- (3) Prestação de serviços à comunidade
- (4) Liberdade Assistida
- (5) Semiliberdade
- (6) Internação

( ) Consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

( ) Consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.

( ) Será fixada pelo máximo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

( ) Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

( ) Constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

( ) Pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

- a) 3-1-4-2-5-5
- b) 4-1-3-2-5-5
- c) 4-2-5-2-6-5
- d) 3-1-4-2-6-5

**34. A Constituição Federal, em seu artigo 227, estabelece que o dever de assegurar os direitos da criança, do adolescente e do jovem, com absoluta prioridade, cabe à (ao):**

- a) Igreja, Estado e organizações não-governamentais.
- b) Estado, sociedade e conselhos tutelares.
- c) Poder Judiciário, Ministério Público e conselhos tutelares.
- d) Família, sociedade e Estado.

**35. De acordo com a Constituição Federal, no que se refere à inimizabilidade penal, é correto afirmar:**

- a) Aos menores de 18 anos é conferida a impunidade.
- b) São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.
- c) São penalmente inimputáveis os menores de 21 anos, sujeitos às normas especiais.
- d) Os menores de 16 anos são penalmente inimputáveis, sendo-lhes aplicadas medidas socioeducativas, após o devido processo legal.

**36. O artigo 204 da Constituição Federal estabelece as diretrizes sob as quais serão organizadas as ações governamentais na área da assistência social. São diretrizes:**

**I – Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social.**

**II – Municipalização das ações da assistência social.**

**III – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.**

**IV – Implementação do Sistema Único da Assistência Social.**

**Diante dessas informações, assinale a alternativa correta:**

- a) Somente são verdadeiras as afirmativas I e II.
- b) Todas as afirmativas são verdadeiras.
- c) Somente são verdadeiras as afirmativas III e IV.
- d) Somente são verdadeiras as afirmativas I e III.

**37. De acordo com a Carta Magna, em seu artigo 203, a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social. Não é um dos objetivos da assistência social**

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- b) o amparo às crianças e adolescentes carentes.
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho.
- d) o cuidado com a saúde das nutrízes, especialmente aquelas que se encontrem em situação de vulnerabilidade social.

**38. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que as entidades governamentais e não-governamentais serão fiscalizadas**

- a) pela sociedade, pelas famílias e pelo Poder Público.
- b) pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares.
- c) pelos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, pelos Conselhos Tutelares e pelo Ministério Público
- d) pelo Poder Executivo, Poder Judiciário e Ministério Público.

**39. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 81, proíbe a venda de alguns itens às crianças e adolescentes, exceto**

- a) armas, munições e explosivos.
- b) bebidas alcoólicas.
- c) bilhetes lotéricos e equivalentes.
- d) fogos de artifício, mesmo as populares “bombinhas” e “tracks”.

**40. No tocante à hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, assinale a alternativa correta:**

- a) É proibida a hospedagem de criança ou adolescente, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável.
- b) É permitida a hospedagem de criança ou adolescente, desde que autorizado pelo Juízo da Infância e Juventude.
- c) É permitida a hospedagem de criança ou adolescente, desde que com o aval do Conselho Tutelar e com duração máxima de 48 horas.
- d) É proibida a hospedagem de criança e adolescente em pensões e motéis, mas permitida em hotéis, desde que na companhia do pai ou da mãe.